

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 536.380 - PB (2019/0292360-0)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : ROMERO SA SARMENTO DANTAS DE ABRANTES E
OUTROS
ADVOGADOS : JOHN JOHNSON GONÇALVES DANTAS DE ABRANTES -
PB001663
BRUNO LOPES DE ARAÚJO - PB007588A
ROMERO SÁ SARMENTO DANTAS DE ABRANTES -
PB021289
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
PACIENTE : ISAC RODRIGUES ALVES
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de **ISAC RODRIGUES ALVES**, apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que determinou a execução provisória da pena aplicada ao paciente, diante do parcial provimento da Apelação Criminal n. 0000470-77.2016.815.0551, que reduziu a 3 anos e 9 meses de detenção, no regime semiaberto, a reprimenda imposta ao réu pela prática do delito tipificado no art. 1º, XIII, do Decreto-Lei n. 201/1967 c/c art. 71 do Código Penal.

Pleiteiam, liminarmente e no mérito, seja possibilitado aos pacientes aguardar em liberdade o julgamento dos recursos perante as instâncias ordinárias e superiores. Requerem, ainda, o reconhecimento da existência de critérios autorizadores da conversão da pena privativa de liberdade em pena restritiva de liberdade, não se aceitando, como óbice a esse pleito, a consideração da reincidência genérica.

É o relatório.

A concessão de liminar em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrado, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial impugnado, o que se verifica no caso em exame.

Após o julgamento do *Habeas Corpus* n. 126.292/SP (STF, Relator Ministro TEORI ZAVASCKI, TRIBUNAL PLENO, julgado em 17/02/2016), esta Corte passou a adotar o entendimento do Supremo Tribunal Federal de que "a execução provisória de acórdão penal condenatório proferido em grau de apelação, ainda que sujeito a recurso especial ou extraordinário, não compromete o princípio constitucional da presunção de inocência afirmado pelo artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal". Em outras palavras, voltou-se a admitir o início de cumprimento da pena imposta pelo simples esgotamento das instâncias ordinárias, ou seja, antes do trânsito em julgado da condenação, nos termos da Súmula 267/STJ.

Sobre o tema: HC 350.518/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 17/5/2016, DJe 24/5/2016; HC 354.470/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 2/6/2016, DJe 16/6/2016.

Acrescente-se que o Supremo Tribunal Federal também reconheceu a repercussão geral do tema (ARE 964.246/SP, Rel. Ministro TEORI ZAVASCKI) e, em 11/11/2016, decidiu, em Plenário Virtual, pela reafirmação de sua jurisprudência

Superior Tribunal de Justiça

externada no mencionado HC 126.292/SP.

Verifica-se, contudo, em consulta ao sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, que ainda não está esgotada a jurisdição da Corte de origem, porquanto foram opostos embargos de declaração ainda não julgados.

Assim, ante a não definitividade da condenação no âmbito da jurisdição ordinária, a expedição de mandado de prisão para início de cumprimento das penas parece caracterizar constrangimento ilegal, a justificar a concessão do pedido liminar.

Nesse sentido, vem decidindo esta Corte:

"PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. ROUBO DUPLAMENTE MAJORADO EM CONTINUIDADE DELITIVA. CONDENAÇÃO MANTIDA NO JULGAMENTO DE APELAÇÃO CRIMINAL. DETERMINAÇÃO DE EXPEDIÇÃO IMEDIATA DE MANDADO DE PRISÃO E DE FORMAÇÃO DE PROCESSO DE EXECUÇÃO CRIMINAL PROVISÓRIO PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS INFRINGENTES OPOSTOS PELA DEFESA. VIAS RECURSAIS ORDINÁRIAS NÃO EXAURIDAS. ORDEM CONCEDIDA.

I - O Supremo Tribunal Federal, evoluindo em seu entendimento, consignou, por ocasião do julgamento do HC 126.292/SP, que 'A execução provisória de acórdão penal condenatório proferido em grau de apelação, ainda que sujeito a recurso especial ou extraordinário, não compromete o princípio constitucional da presunção de inocência afirmado pelo artigo 5º, inciso LVII da Constituição Federal' (HC n. 126.292/SP, TRIBUNAL PLENO, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI, DJe de 17/5/2016).

II - Dessarte, em outras palavras, está autorizada a execução provisória da pena após o julgamento em segunda instância, ressalvadas hipóteses em que seja possível a superação de tal entendimento pela existência de flagrante ilegalidade.

III - Não é o que ocorre, na hipótese, tendo-se em vista que houve a oposição de embargos infringentes pela defesa, pendentes de julgamento, não estando exauridas, portanto, as vias recursais ordinárias.

Ordem concedida para, confirmando a liminar de fls. 83/84, determinar que o paciente, salvo se por outro motivo estiver preso, aguarde em liberdade o esgotamento das vias recursais ordinárias, sendo vedada, no meio tempo, a formação de processo de execução criminal provisório."

(HC 358.257/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 16/8/2016, DJe 23/8/2016).

"*HABEAS CORPUS*. SENTENÇA CONDENATÓRIA. CONCESSÃO DO RECURSO EM LIBERDADE. APELAÇÃO JULGADA. DETERMINAÇÃO DE EXPEDIÇÃO DO MANDADO DE PRISÃO. EMBARGOS INFRINGENTES PENDENTES DE JULGAMENTO NO TRIBUNAL LOCAL.

1. O Pleno do Supremo Tribunal Federal, em 17/2/2016, no julgamento do HC n. 126.292/SP, decidiu, por maioria de votos, que a execução provisória da pena não afronta o princípio constitucional da presunção de inocência, de modo que, confirmada a condenação por colegiado em segundo grau, e ainda

Superior Tribunal de Justiça

que pendentes de julgamento recursos de natureza extraordinária (recurso especial e/ou extraordinário), a pena poderá, desde já, ser executada.

2. O implemento da execução provisória da pena atua como desdobramento natural do esgotamento das instâncias ordinárias e não exige motivação particularizada.

3. No caso, tendo sido opostos embargos infringentes contra o acórdão da apelação, os quais ainda pendem de julgamento, a expedição de mandado de prisão evidencia constrangimento ilegal.

4. Ordem concedida a fim de que o paciente possa aguardar em liberdade o julgamento de seus recursos pelo Tribunal de segundo grau, se por outro motivo não estiver preso."

(HC 360.110/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 6/9/2016, DJe 15/9/2016).

Em face do exposto, **defiro** o pedido de liminar para permitir que o paciente aguarde em liberdade o esgotamento da jurisdição ordinária.

Comunique-se ao Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba e ao Juízo da Vara Única da Comarca de Barra de Santa Rosa, solicitando-lhes que prestem informações - preferencialmente por malote digital -, acompanhadas da senha de acesso para consulta aos andamentos processuais.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer. Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator